



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2912

Presidente da Mesa Diretora: José Paulo Ferreira Gomes

Espécie: Resolução

Categoria: Subsídios e Verbas de Representação do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores de Montes Claros

Autoria: Mesa Diretora

Data: 23/08/1988

Descrição Sumária: RESOLUÇÃO Nº 590 de 30/08/1988. Dispõe sobre os subsídios e verbas de representação do Prefeito e Vice-prefeito de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 12

Posição: 32

Número de folhas: 12

RESOLUÇÃO Nº 590 DE 30.08.88

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____

Autor: Mesa Diretora

Assunto:-

Dispõe sobre subsídios e verbas de representação
do Prefeito e Vice-Prefeito deste Município.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 23.08.88
- 2 A Com. de Leg. e Justiça em 23.08.88
- 3 *Aprovado em única discussão - 30.08.88*
- 4 *Transcrito em 30.08.88*
- 5 *Exarado p/ publicação - 30.08.88*
- 6 *Arquivado -*
- 7
- 8
- 9
- 10

Caixa



Câmara Municipal de Montes Claros

RESOLUÇÃO Nº 590, de 30 de agosto de 1988.

Dispõe sobre subsídios e verbas de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito deste Município.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), embasada nas disposições do Art. 76, da Lei Complementar Estadual nº 03, de 28 de dezembro de 1972, modificado pelas Leis Complementares nºs 16, de 08 de julho de 1986 e 17, de 11 de julho de 1988 e tendo em vista ainda a Instrução Normativa nº 01/88, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução :-

Artigo 1º - Ficam reajustados, com efeitos retroativos a 09 de julho de 1986, os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito deste Município, observados os seguintes valores e periodicidade :-

<u>PERÍODO</u>	<u>SUBSÍDIOS DO</u> <u>PREFEITO (CZ\$)</u>	<u>SUBSÍDIOS DO</u> <u>VICE-PREFEITO</u>
De 09.07.86 a 09.07.87	28.206,69	7.051,67
De 10.07.87 a 10.07.88	103.965,25	25.991,31
A partir de 11.07.88	430.391,85	107.597,96.

Parágrafo único - Os valores constantes do presente artigo correspondem, respectivamente, a 50% (cinquenta por cento) da remuneração dos Senhores Deputados à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, à época das datas-bases dos reajustamentos.

Artigo 2º - Ficam estabelecidas em 3/3 (tres terços) do valor de seus respectivos subsídios, as verbas de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito deste Município, também com efeitos retroativos a 09 de julho de 1986.

Artigo 3º - A Contabilidade do Município deverá providenciar o acerto geral quanto aos pagamentos efetuados a título de subsídios e verbas de representação do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito, mediante o confronto dos valores efetivamente pagos com os valores legalmente devidos, conforme se acham estes estabelecidos no Artigo 1º da presente Resolução.



Câmara Municipal de Montes Claros


Parágrafo único - A diferença encontrada, a cada mes, entre os valores mencionados neste artigo, será convertida em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) do mes a que ela se refere, a fim de se proceder ao acerto final, na forma da Instrução Normativa nº 01/88, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Câmara Municipal de Montes Claros (MG), 30 de agosto de 1988.


José Paulo Ferreira Gomes
Presidente da Câmara

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo
1º Secretário



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____

Dispõe sobre subsídios e verbas de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito deste Município.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), em baseada nas disposições do Art. 76, da Lei Complementar nº 03, de 28.12.72, modificado pelas Leis Complementares nºs 16, de 08 de julho de 1986 e 17, de 11 de julho de 1988 e tendo em vista ainda a Instrução Normativa nº 01/88, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aprova e eu promulgo a seguinte Resolução :-

Artigo 1º - Ficam reajustados, com efeitos retroativos a 09 de julho de 1986, os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito deste Município, observados os seguintes valores e periodicidade :-

<u>P E R Í O D O</u>	<u>SUBSÍDIOS DO</u> <u>PREFEITO (CZ\$)</u>	<u>SUBSÍDIOS DO</u> <u>VICE-PREFEITO</u>
De 09.07.86 a 09.07.87	28.206,69	7.051,67
De 10.07.87 a 10.07.88	103.965,25	25.991,31
A partir de 11.07.88	430.391,85	107.597,96.

Parágrafo único - Os valores constantes do presente artigo correspondem, respectivamente, a 50% da remuneração dos Senhores Deputados à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, à época das datas-bases dos reajustamentos.

Artigo 2º - Ficam estabelecidas em 3/3 (tres terços) do valor de seus respectivos subsídios, as verbas de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito deste Município, também com efeitos retroativos a 09 de julho de 1986.

Artigo 3º - A Contabilidade do Município deverá providenciar o acerto geral quanto aos pagamentos efetuados a título de subsídios e verbas de representação do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito, mediante o confronto dos valores efetivamente pagos com os valores legalmente devidos, conforme se acham estes estabelecidos no Artigo 1º da presente Resolução.

Parágrafo único - A diferença encontrada, a cada mes, entre os valores mencionados neste artigo, será convertida em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) do mes a que ela se refere,



Câmara Municipal de Montes Claros

fls.02

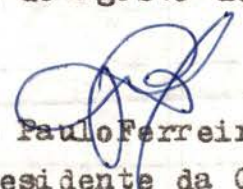
a fim de se proceder ao acerto final, na forma da Instrução Normativa nº 01/88, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declare.

Sala das sessões, 23 de agosto de 1988.


José Paulo Ferreira Gomes
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação
 e Justiça
 EM 23 DE agosto DE 1988

 PRESIDENTE

*Fora da
 Aprovação
 legal e constitucional
 Sobrinho político do Sr.
 Benedito Pereira da Silva
 Raul*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO POR
maioria
 EM 30 DE agosto DE 1988

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 PROMULGADO, PUBLIQUE-SE E
 CUMpra-SE
 EM 30 DE agosto DE 1988

 PRESIDENTE

$$3 \quad 376 \cdot 30 \quad +$$

$$4 \quad 206 \cdot 46 \quad +$$

$$931 \cdot 36 \quad +$$

$$47 \quad 899 \cdot 26 \quad +$$

004

$$56 \quad 413 \cdot 38 \quad \diamond$$

$$56 \quad 413 \cdot 38 \quad \div$$

$$2 \cdot \quad =$$

$$28 \quad 206 \cdot 69 \quad *$$

DECLARAÇÃO Nº 17/86

JULHO/86

Para os fins do que dispõe a LEI COMPLEMENTAR Nº 25, de 2 de Julho de 1975, modificada pela LEI COMPLEMENTAR Nº 38, de 13 de Novembro de 1979, e de acordo com o que preceitua a EMENDA CONSTITUCIONAL nº 21, de 27 de outubro de 1981, RESOLUÇÃO nº 3.049, de 9 de dezembro de 1982, DECRETO LEGISLATIVO nº 114, de 3 de dezembro de 1982, ATOS DA MESA da Câmara dos Deputados números 79-A/85 e 84/86, DECISÃO da Mesa da Assembléia Legislativa datada de 19 de março de 1986 e Deliberações da Mesa da Assembléia datadas de 17 de abril de 1986 e 15 de agosto de 1986, DECLARAMOS QUE, a partir de 1º DE JULHO DE 1986, a remuneração do Deputado Estadual é a seguinte:

I - SUBSÍDIOS FIXOS	Cz\$ 3.376,30
SUBSÍDIOS VARIÁVEIS ORDINÁRIOS	4.206,46
II - AJUDA DE CUSTO ANUAL:	
2 parcelas de Cz\$5.588,16, sendo a 1ª no início e a 2ª no término da Sessão Legislativa	
Valor correspondente a 1/12	931,36
III - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA:	
Máximo de 8 remuneradas por mês, no valor unitário de Cz\$140,22, no valor máximo mensal de	1.121,76
IV - AUXÍLIOS MENSAIS (de caráter indenizatório)	47.899,26

Divisão de Processamento da Despesa de Pessoal, Diretoria do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 18 de agosto de 1986.

EDUARDO GOMES BARBOSA
SUPERVISOR DA D.P.D.P.

FELINTO SANTOS NASCIMENTO
DIRETOR DO PESSOAL

DALMIRO DE JESUS
DIRETOR-GERAL

DEPUTADO JOSE BONIFACIO FILHO
1º SECRETARIO

56.413,38

40% - 22.565,35
50% - 28.206,69
60% - 33.848,02

8 751.34 +
 10 903.08 +
 2 414.08 +
 185 862.00 +

004

207 930.50 ◇
 207 930.5 ÷
 2. =
 103 965.25 *



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO Nº 28/87

JULHO/87

Para os fins do que dispõe a Lei Complementar nº 25, de 02.07.75, modificada pela Lei Complementar nº 38, de 13.11.79, e de acordo com o que preceitua a Emenda Constitucional nº 21, de 27.10.81, Resolução nº 3049, de 09.12.82, Decreto Legislativo nº 114, de 03.11.82 e Legislação que regula o pagamento dos Subsídios e Auxílios Mensais dos Senhores Deputados Estaduais, DECLARAMOS QUE, a partir de JUNHO/87, a remuneração do Deputado Estadual é a seguinte:

I - SUBSÍDIOS FIXOS 8.751,34
SUBSÍDIOS VARIÁVEIS ORDINÁRIOS 10.903,08

II - AJUDA DE CUSTO ANUAL
2 parcelas de 14.484,49, sendo a 1ª no início
e a 2ª no término da Sessão Legislativa
VALOR CORRESPONDENTE A 1/12 2.414,08

III - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
Máximo de 8 remuneradas por mês, no valor
unitário de 363,44, no valor mensal de 2.907,52

IV - AUXÍLIOS MENSAIS (DE CARÁTER INDENIZATÓRIO) 185.862,00

Coordenação de Despesa de Pessoal, Departamento de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 09-SETEMBRO-87.

OBS: A presente Declaração substitui a de nº 27/87, de 20.07.87, e os valores acima vigoram de 01.06.87 a 31.08.87.

Eduardo Gomes Barbosa
COORDENADOR

Felinho Santos Nascimento
DIRETOR DE PESSOAL

Dalmir de Jesus
DIRETOR-GERAL

Deputado José Leviola Matos
1º SECRETÁRIO

207.930,50

40% - 83.172,20
50% - 103.965,25
60% - 124.758,30

0 • =

0 • 00 *

44 011 • 18 +

54 832 • 44 +

12 140 • 61 +

749 799 • 47 +

004

860 783 • 70 ◊

860 783 • 7 ÷

2 • =

430 391 • 85 *

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

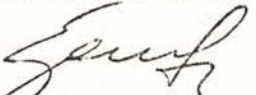
DECLARAÇÃO Nº 37/88

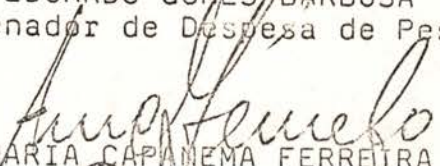
Para os fins do que dispõe a Lei Complementar nº 25, de 02.07.75, modificada pela Lei Complementar nº 38, de 13.11.79, e de acordo com o que preceitua a Emenda Constitucional nº 21, de 27.10.81, Resolução nº 3049, de 09.12.82, Decreto Legislativo nº 114, de 03.11.82 e Legislação que regula o pagamento dos Subsídios e Auxílios Mensais dos Senhores Deputados Estaduais, DECLARAMOS QUE, a partir de 0.07.88, a remuneração do Deputado Estadual é a seguinte:


I - SUBSÍDIOS FIXOS	44.011,18
SUBSÍDIOS VARIÁVEIS ORDINÁRIOS	54.832,44
II - AJUDA DE CUSTO ANUAL	
2 parcelas de 72.843,66, sendo a 1ª no início e a 2ª no término da Sessão Legislativa	
VALOR CORRESPONDENTE A 1/12	12.140,61
III - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	
Máximo de 8 remuneradas por mês, no valor unitário de 1.827,74, no valor mensal de	14.621,92

IV - AUXÍLIOS MENSALIS (DE CARÁTER INDENIZATÓRIO)	749.799,47

Coordenação de Despesa de Pessoal, Departamento de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 14-JULHO-1988.


EDUARDO GOMES BARBOSA
Coordenador de Despesa de Pessoal


ANTONIO MARIA CAPANEMA FERREIRA DE MELO
Diretor de Pessoal em exercício


DALMIR DE JESUS
Diretor-Geral


DEPUTADO JOSÉ LAVIOLA MATOS
1º Secretário

860.783,70